



INTERVENÇÃO PROFISSIONAL NA INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIAS NO ENSINO REGULAR: UM ESTUDO PILOTO

Anelise Fagundes Oliveira

Graciele Massoli Rodrigues

Universidade Presbiteriana Mackenzie

Resumo: O processo de inclusão ocorre quando uma pessoa considerada diferente participa ou integra um grupo, o qual sofre adaptações no intuito de aceitar as diversidades de cada indivíduo que compõe o mesmo. No ambiente escolar não é diferente. As modificações inerentes nesse processo podem ser observadas na composição estrutural da escola, nas atitudes de docentes e discentes que procuram meios de realizar uma convivência significativa, junto ao trabalho de profissionais da escola, como diretores, coordenadores, inspetores, e de profissionais da saúde como médicos, fisioterapeutas, entre outros. O objetivo desse trabalho foi analisar os procedimentos e atitudes de profissionais de educação, um professor de educação física, um coordenador e um diretor que atuam no sistema de inclusão, com a participação de crianças com deficiências no 1º e 2º ciclos do ensino fundamental. Para a coleta de dados foi realizada uma entrevista semi-estruturada, com perguntas destinadas aos profissionais da área escolar, de uma escola da cidade de Osasco. A análise do resultado foi realizada através do Discurso do Sujeito Coletivo, discriminando as categorias expressões-chave, idéias centrais e ancoragem do discurso dos sujeitos de pesquisa. Como resultado verificamos que existe concepção teórica por parte dos profissionais da escola, mas não fica explícito como o processo de inclusão tem se efetivado nas instituições de ensino para o aprimoramento da aprendizagem de seus alunos com e sem especificidades.

Palavras-chave: Deficiência, Inclusão e Intervenção Profissional

INTERVENTION OF THE PROFESSIONAL IN THE INCLUSION OF CHILDREN WITH DEFICIENCIES IN FORMAL EDUCATION: A PILOT STUDY

Abstract: The inclusion process occurs when a considered person different participates or integrates a group, which suffers adaptations in intention to accept the diversities of each individual that composes the same. In the pertaining to school environment it is not different. The inherent modifications in this process can be observed in the structural composition of the school, in the attitudes of professors and learning that look ways to carry through a significant to be together, next to the work of professionals of the school, as managing, coordinating, overseers, and of professionals of the health as doctors, physiotherapists, among others. The objective of this work was to analyze the procedures and attitudes of education professionals, a professor of physical education, a coordinator and a director who act in the inclusion system, with the participation of children with deficiencies in 1º e 2º cycles of basic education. For the collection of data it was used a through half-structured interview, with destined questions the professionals of the pertaining to school area, of a school of the city of Osasco. The analysis of the result was carried through the Speech of the Collective Citizen, discriminating the categories expression-key, ideas central offices and anchorage of the speech of the research citizens. As result we verify that theoretical

conception on the part of the professionals of the school exists, but is not explicit as the inclusion process if has accomplished in the institutions of education for the improvement of the learning of its pupils with and without specificities.

Keywords: Deficiency, Inclusion and Professional Intervention

INTRODUÇÃO/ PROBLEMÁTICA:

Dentro do nosso cotidiano, podemos nos deparar com pessoas que apresentam necessidades especiais consideradas fora dos padrões de normalidade físicos e intelectuais designados pela sociedade como uma irregularidade. As diferenças geralmente são marcadas pelo resultado de suas relações com as demais pessoas, sinalizando o quão mais ou menos se tem de potencial. Assim, compõe um perfil interpretado legalmente e culturalmente como deficiência. Fonseca (1995, p.25) aponta que a pessoa com deficiência “é aquela que se desvia da média ou da pessoa normal em características mentais, aptidões sensoriais, características neuromusculares e corporais, comportamento emocional, aptidões de comunicação, múltiplas deficiências, até o ponto de justificar e requerer a modificação das práticas educacionais ou a criação de serviços de educação especial no sentido de desenvolver ao máximo as suas capacidades”.

Todas essas possibilidades de características podem ser explicitadas por diferentes indivíduos, porém parece ser amplamente ressaltadas quando esses sujeitos se inter-relacionam. Assim, como um dos locais que marcam a ampliação das relações da criança é a escola. Atualmente, toda e qualquer criança deve ter acesso ao ensino, preferencialmente o ensino regular, sem especificidade para uma ou outra anomalia, o que nos faz pensar que estamos diante da inclusão escolar.

Quando ouvimos a palavra inclusão pensamos na inserção de algo em algum lugar, portanto quando nos referimos a pessoas com deficiências estamos propondo sua inserção na sociedade. Sasaki (2002, p.41) conceitua a inclusão como “o processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais e simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade”, devendo ocorrer adaptações tanto da pessoa com necessidades especiais quanto do grupo ao qual ela estará sendo inserida. Portanto, incluir significa “abrir-se para o que o outro é e para o que eu sou ou não sou em relação ao outro” (MACEDO, 2001, p.35).

Analisando as relações sociais, devemos considerar que a adaptação ocorrerá apenas quando a pessoa estiver “apta a atender as demandas exigidas pela vida” (DUARTE e SANTOS, 2003 p. 93). Isso requer maturação, maturidade e respeito à individualidade de cada pessoa, que possui sua maneira íntima de se adaptar. Nesse sentido, ocorrerá, portanto, uma adaptação autônoma e independente da pessoa com deficiência para com o meio social.

Sasaki (2002, p.36) ressalta que “a adaptação autônoma é a condição de domínio no ambiente físico e social, preservando ao máximo a privacidade e a dignidade da pessoa que a exerce”. Existe nessa definição uma noção de individualidade, mas não de imparcialidade que denota que há o reconhecimento do sujeito no meio, com suas características peculiares. O mesmo autor, Sasaki (2002, p. 37), ainda define a adaptação independente que “é a capacidade de decidir sem depender de outras pessoas, aprendendo e/ou desenvolvendo a autodeterminação e a prontidão para decidir”. Aqui é possível verificar que não há dependência total de outra pessoa, mas poderá haver colaboração e partilha com outros sujeitos para uma efetiva autonomia.

Outro fator importante na concepção de inclusão é a aceitação das pessoas ditas “normais” para com as pessoas com deficiência, dissipando o preconceito e a discriminação, pois, de acordo com Macedo (2001), o preconceito é criado para separar e alienar as pessoas evitando uma melhor interação. Para Fonseca (1995,) a integração deve ocorrer a partir do

desenvolvimento educacional, o qual sofrerá adaptações para que a locomoção das crianças com deficiências seja facilitada, e que a permanência da criança na escola seja estendida o máximo possível.

Kirk e Gallagher (1996, p.448) apontam algumas adaptações no ambiente escolar que podem ser necessárias para essas crianças, os quais estão “relacionados à vitalidade física, mobilidade de cada criança, somados aos seus próprios sentimentos a respeito de si mesmos e de sua deficiência”. Em relação a esses problemas Machado e Petroski (1999) consideram que para uma escola ser considerada inclusiva, deve passar por mudanças arquitetônicas, proporcionando uma melhora em sua locomoção dentro do recinto escolar. Deve também não selecionar alunos na matrícula escolar e não priorizar aos que possuem uma melhor situação física e nem tão pouco financeira. E não menos importante, contratar profissionais aptos a atender as demandas necessárias devido à individualidade de cada aluno.

Para Bailão et al. (2002), a escola inclusiva deve ter como principal objetivo educar as crianças sem fazer distinção, acolhendo-as e adaptando-se de acordo com as necessidades de cada aluno, desenvolvendo uma pedagogia que tenha como foco principal os alunos e suas diversidades. Nesse contexto, o profissional está intrincado na relação com os alunos e o meio, e isso deve instigar o reconhecimento das possibilidades diante das diferentes situações e, portanto, seu papel “é fazer prevalecer uma escola que, entre seus pares e a comunidade (na qual está inserida), possa identificar refletir e concretizar ações que visam efetivar o exercício pleno da cidadania de todo e qualquer indivíduo” (RODRIGUES et. al., 2004, p.48)

Para Rezende (apud Bailão, 2002), na escola as aulas de educação física proporcionam uma das principais formas de inclusão da criança com deficiência no ensino inclusivo, pois aprimora a capacidade de descoberta do aluno através das diferentes experiências motoras, que desenvolve sua capacidade de pensamento, trabalhando a socialização e afetividade com os colegas, aumentando assim a auto-estima dos alunos com deficiências, visando, propiciando o processo de inclusão.

É através da educação física que o aluno poderá expressar suas emoções, como a alegria, o medo, descobrindo as mais variadas formas de linguagem corporal, “que estimula e aprofunda a inserção do educando na sociedade” (MATTOS e NEIRA, 2000, p.16). Porém, a inserção da criança nesse universo de descobertas não acontece sem que os procedimentos de intervenção sejam elaborados e as atitudes sejam refletidas. Sendo assim, as ações de um profissional não se encerram nos aspectos circunstanciais, mas se ampliam na continuidade dos objetivos perspectivados. Nesse sentido, a conduta de um profissional reflete a dimensão daquilo que o mesmo projeta para si, seus alunos e sociedade.

De acordo com Freire et al. (2002), é através do conhecimento adquirido na graduação, por meio da pesquisa, reflexão e intervenção que o profissional conseguirá enfrentar situações previstas e imprevistas, por meio das dimensões conceituais, procedimentais e atitudinais do saber profissional. O planejamento das aulas é uma das prioridades do profissional, pois planejar é “preparar bem a ação, acompanhando-a para confirmar ou corrigir o decidido, revendo-a criticando a preparação feita, depois de tudo terminado” (MATTOS e NEIRA, 2005, p.82). Portanto, na medida em que se evidenciam os objetivos para cada grupo e os da educação física permanecem claramente definidos, o profissional “se acha identificado com eles, o trabalho torna-se cooperativo e de forte afiliação e para isso deve considerar os aspectos cognitivos, afetivo-sociais e psicomotores a serem desenvolvidos na faixa etária a ser atendida” (MATTOS e NEIRA, 2005, p.83).

Muitos procedimentos poderão sustentar estratégias que favorecem o meio inclusivo, mas as atitudes inclusivas somente se consolidarão se ações estiverem pautadas nos valores que norteiam as tomadas de decisões dos profissionais. O processo de inclusão como todo processo, guarda surpresas circunstanciais que são reveladas nos diferentes olhares e ações dos envolvidos, que se constituem de histórias e transformações. Contudo, a dimensão do conhecimento que permeia o profissional deve ser analisada a partir da sua constituição procedimental, conceitual e atitudinal, pois somente assim teremos uma noção estratificada da realidade complexa que é a intervenção pedagógica.

OBJETIVO:

Analisar os procedimentos e atitudes de profissionais de educação física que ministram aulas no sistema de inclusão, com a participação de crianças com deficiência física no 1º e 2º ciclos do ensino fundamental.

METODOLOGIA:

A pesquisa utilizada tem formato descritivo qualitativo, cujo método monográfico é funcionalista, com característica hipotética – dedutiva, de acordo com os preceitos de Lakatos e Marconi (1991). Caracteriza-se como um estudo de caso por analisar um único local não tendo a pretensão de generalizações e sim reflexão sobre fatos (THOMAS e NELSON, 2002) A amostra foi selecionada de forma intencional e por acessibilidade e foi constituída por um professor de educação física, coordenador pedagógico e um diretor de uma escola de ensino fundamental e inclusivo da rede municipal de ensino da cidade de Osasco.

Como instrumento para coleta de dados utilizamos uma entrevista estruturada com perguntas abertas conforme Lakatos e Marconi (1991). A entrevista foi analisada de acordo com Lefèvre (2003), o qual descreve a análise do discurso coletivo discriminando as categorias expressões-chave, idéias centrais e ancoragem.

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

Foram realizadas entrevistas em uma escola inclusiva da cidade de Osasco, onde os indivíduos sujeitos da pesquisa foram um professor de educação física representado como sujeito 1 (S1) no conteúdo de discussão dos resultados, um coordenador pedagógico, sujeito 2 (S2), e um diretor, sujeito 3 (S3), para manter o sigilo sobre suas identidades.

Para a coleta de dados do sujeito 1 (S1) foram realizadas perguntas visando seu conhecimento sobre as diferentes especificidades de seus alunos, seu conhecimento referente à inclusão, estratégias e procedimentos utilizadas em suas aulas, atitudes relacionadas aos alunos com deficiências e sua avaliação com relação ao processo de inclusão na aula de educação física. Enquanto que para os sujeitos 2 (S2) e 3 (S3) foram realizadas perguntas sobre a influência que eles exercem no processo de inclusão relacionado às adaptações necessárias na instituição, ao relacionamento com os professores e suas intervenções para com os alunos com necessidades especiais e as decisões tomadas para que a inclusão ocorra. A partir das respostas a essas perguntas foi realizada a transcrição e análise das mesmas, através do método do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) de Lefèvre (2003), caracterizado pela análise das expressões chaves, idéias centrais e ancoragem dessas respostas. Posteriormente realizamos a união das etapas de ancoragem dos três sujeitos, efetuando o discurso dos sujeitos da escola.

A seguir podemos verificar os resultados apresentados no discurso do sujeito coletivo realizados com os profissionais da escola analisada:

DSC S1 - A criança que nasce com uma deficiência física, não é inferior a outras crianças, é apenas diferente e capaz de realizar as mesmas tarefas cotidianas. Na escola é importante que o professor ofereça à criança as mesmas oportunidades que as demais, que trabalhe a diferença através da atitude e igualdade no tratamento. É importante também que o professor tenha a capacidade de se adaptar a realidade da criança, criando estratégias específicas para o aluno com deficiência física, estimulando-

o a prática da atividade, e é através dessa adaptação que a criança com deficiência física terá êxito na execução junto as demais crianças.

DSC S2 e S3 - O papel da instituição no processo de inclusão é o de trabalhar junto com os profissionais a aceitação das diferenças através da reflexão sobre as práticas cotidianas da pessoa com necessidade especial e sua inserção no processo inclusivo, procurando sempre realizar um processo de inclusão eficaz para a criança, melhorando assim seu desenvolvimento, através do levantamento da compreensão e do conhecimento dos professores e profissionais da escola, produzindo trabalhos em conjunto com as deficiências.

Analisando o DSC do S1, podemos identificar que o sujeito enfatiza a capacidade dos alunos com deficiências em realizar as mesmas tarefas que os alunos sem necessidades específicas e que as mesmas oportunidades de ensino podem ser proporcionadas a todos. Concordando com o argumento apresentado, podemos citar Correia (2001, p.131) que afirma que a “educação inclusiva pretende que todos os alunos com as mais diversas capacidades, interesses, características e necessidades, possam aprender juntos”, incentivando assim a igualdade de oportunidades educacionais.

Em contrapartida, podemos citar Pedrinelli (2005, p.11) que acentua que existe a diferença e é “necessário considerar que as pessoas com deficiências levam desvantagens na prática de atividades físicas e, nesse caso, é importante refletir sobre o que pode ser feito para minimizar essa desvantagem”. No que se refere à desvantagem, S1 argumenta que é relevante o fato de que o tratamento e as atitudes para com os alunos com necessidades especiais sejam mais enfáticos, no âmbito de criar estratégias de acordo com a especificidade da criança, através de adaptações que estimulem sua participação na prática das atividades. Pedrinelli (2005, 12) ressalta também que “para a maximização do potencial individual é importante focalizar o desenvolvimento das habilidades, selecionando atividades apropriadas, providenciando um ambiente favorável à aprendizagem encorajando a auto-superação”. Logo as adaptações específicas realizadas para o aluno com deficiência apenas terá efeito se o ambiente de relacionamento entre alunos e professores e às adaptações estruturais no ambiente escolar, estiverem favoráveis para a inclusão. Rodrigues (2001, p.23) ressalta a questão de como a inclusão é vista pela sociedade na qual a pessoa com deficiências se encontra, afirmando que “muitas vezes a integração e a inclusão tornam-se figuras meramente retóricas, dado que a interdependência e a dinâmica relacional dos diferentes constituintes da comunidade são negligenciadas”.

Os dados coletados para a efetuação do discurso de S2, foram considerados insuficientes para a análise, pois o conteúdo apresentado não possuía respostas coerentes em relação às perguntas da entrevista.

Verificamos, diante da postura assumida por S2, que não respondeu algumas questões, mesmo assinando termo de consentimento de participante da pesquisa, que isso ausenta sua interferência no processo de inclusão e com isso nos leva a crer que sua participação no processo pode ser sem envolvimento direto.

No discurso de S2 e S3 podemos analisar que a instituição enfatiza o trabalho em conjunto com os profissionais da área escolar no intuito de aceitar as diferenças através da reflexão sobre o processo inclusivo. Correia (2001, p.130) também analisa a questão da inclusão no sistema escolar regular levando em consideração que “a inserção de alunos com necessidades especiais nas classes regulares pede que reconsiderem todos os aspectos do processo ensino-aprendizagem, na forma como interagem professores, outros profissionais de educação, pais e alunos”. Com isso é importante para a escola produzir um processo de inclusão eficaz para que a criança se desenvolva através da compreensão das deficiências e aprimoramento dos conhecimentos de professores e profissionais da escola. Para ressaltar este pensamento, Lima (2001, p.42) afirma que a “inclusão é igualmente um motivo que leva ao aprimoramento da capacitação profissional dos professores, constituindo um motivo para que a escola se modernize em prol de uma sociedade sem exclusão”.

Porém apenas a ampliação de conhecimentos, adaptações do currículo e dos planejamentos dos profissionais da escola não são suficientes para que ocorra um processo de inclusão eficaz, pois é necessário também que a instituição realize parcerias com profissionais da saúde como psicólogos, terapeutas, entre outros, com o objetivo de ajudar no desenvolvimento da criança com necessidades especiais no meio escolar, através de “processos pedagógicos que acompanhassem a criança e a evolução da sua aprendizagem, envolvendo relatórios de médicos, psicólogos, de professores ou de outros especialistas, se necessário” (FONSECA, 1995, p.190). Com relação à parceria, S2 e S3 consideram insuficiente, pois esperam que essa parceria seja mais que um apoio, esperam que exista um trabalho em conjunto com a escola no intuito de planejar e desenvolver projetos de ensino que trabalhem a deficiência junto aos profissionais da escola, pois “a inclusão causa uma mudança de perspectiva educacional, pois não se limita a ajudar somente os alunos que apresentam dificuldades escolares, mas apóia professores, alunos e pessoal técnico-administrativo, para que a escola efetue seu objetivo” (RODRIGUES, 2004, p.46).

CONCLUSÃO:

Pudemos verificar que existe concepção teórica por parte dos profissionais da escola, mas não fica explícito como o processo de inclusão tem se efetivado nas instituições, pois como relatado pelos profissionais pesquisados, a inclusão não é realizada de uma forma satisfatória, faltando ainda maior participação, incluindo dos sujeitos dessa pesquisa. Vimos também que há um distanciamento entre a prática de seus conhecimentos e o discurso ressaltado sobre a prática inclusiva, mas requerem também uma parceria com outros profissionais da saúde mais incisiva, para aprimorar o planejamento dos conteúdos e projetos efetuados em sala de aula, ainda podemos inferir que essa requisição pode ser uma justificativa para a sua não efetiva participação, encobrendo suas dificuldades nos papéis dos demais envolvidos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- BAILÃO, Manuela; OLIVEIRA, Ricardo Jacó de; CORBUCCI, Paulo Roberto. Educação Física Inclusiva numa Perspectiva de Múltiplas Inteligências. 49, jun. 2002. **Revista Digital Lecturas: EF y Deportes**. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/efd49/efi.htm>. Acesso em 16 de dez. 2005
- CORREIA, Luís de Miranda. Educação inclusiva ou apropriada? In: RODRIGUES, David. **Educação e Diferença: Valores e práticas para uma educação inclusiva**. Portugal: Porto Editora, 2001.
- DUARTE, E., SANTOS, T. P. e adaptação e inclusão. In Duarte, E., LIMA, S. M. T. e colaboradores. **Atividade Física para Pessoas com Necessidades Especiais: Experiências e intervenções pedagógicas**. Rio de Janeiro (RJ): Guanabara: Koogan, 2003. p. 93-99.
- FONSECA, Vitor da. **Educação Especial: Programa de Estimulação Precoce**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 1995.
- FREIRE, Elisabete dos Santos; REIS, Marise Cisneiros da Costa; VERENGUER, Rita de Cássia Garcia. Educação Física: Pensando a Profissão e a Preparação Profissional. In: **Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte**, 1., ano 1, São Paulo, jan./dez. 2002, p. 39-46.
- KIRK, Samuel A.; GALLAGHER, James J. **Educação da Criança Excepcional**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996. 448 p.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 3ªed. São Paulo:Atlas, 1991.
- LEFÈVRE, Fernando; LEFÈVRE, Ana Maria Cavalcanti. **O Discurso do Sujeito Coletivo: um novo enfoque em Pesquisa Qualitativa (Desdobramentos)**. Caxias do Sul: EDUCS, 2003
- Legislação de Educação Especial, Decreto nº 3.298, de 20 de dez. de 1999. Cap. I das Disposições Gerais, art. 3º e 4º. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/decreto3298.pdf>. Acesso em 2 de março de 200
- LIMA, Sonia Maria Toyoshima. **Educação Física e a Escola Inclusiva**. 2. ed. In: Sobama: Temas em Educação Física Adaptada. Curitiba, 2001, p. 38-44.
- MACEDO, Lino de. Fundamento para uma Educação Inclusiva. In: **Revista da Psicologia da Educação**, 13, São Paulo, 2001, p. 29-51.
- MACHADO, Rosângela; PETROSKI, Edio Luiz. A (Des) Integração do Aluno Portador de Deficiência na Rede Regular de Ensino de Florianópolis. In: **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, 21, set/ 1999, n. 1.
- MATTOS, Mauro Gomes de; NEIRA, Marcos Garcia. **Educação Física na Adolescência: o Conhecimento na Escola**. São Paulo: Phorte Editora, 2000, p. 16-19
- PEDRINELLI, Verena Junghähnel; VERENGUER, Rita de Cássia Garcia. Educação física adaptada: Introdução ao universo da possibilidades. In: GOGATTI, Márcia Greguol; COSTA, Roberto Fernando da. **Atividade Física Adaptada: Qualidade de vida para pessoas com necessidades especiais**. Barueri: Manole, 2005.
- RODRIGUES, David. **Educação e diferença**. Portugal: Editora Porto, 2001.
- RODRIGUES, Graciele Massoli; LIMA, Sonia Maria Toyoshima; DUARTE, Edison; TAVARES, Maria da Consolação Gomes Cunha Fernandes. Demarcações Sociais e as Relações Diádicas na Escola: Considerações Acerca da Inclusão In: **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, 3, v. 25, Campinas, mai. 2004, p. 43-56.
- SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: Construindo uma Sociedade para Todos**. 4. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2002.
- SOUZA, Pedro Américo de. **O Esporte na Paraplegia e Tetraplegia**. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1994.

THOMAS, Jerry R.; NELSON, Jack K. **Métodos de Pesquisa em Atividade Física**. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2002.

WINNICK, Joseph P. **Educação Física e Esportes Adaptados**. 3. ed. Barueri: Manole LTDA, 2004.

Contatos

Universidade Presbiteriana Mackenzie

Fone: 3555 2131

Endereço: Avenida Mackenzie, 905 – Tamboré – Barueri – SP Cep. 06460 130

E-mail: masgra@terra.com.br

Tramitação

Recebido em: 14/08/06

Aceito em: 29/09/06